

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DE ALJUSTREL – 2019

1. Antecedentes ao arranque da 4ª Edição das Conferências de Aljustrel

As Conferências de Aljustrel que tiveram a 1ª edição em 2014, decorrente do processo da Agenda 21 de Aljustrel e porque tendo sido um êxito, foi decidido dar-lhes continuidade, tendo a 2ª edição em 2015 corrido positivamente, achou-se por bem torna-las bienais, pelo que a 3ª edição se realizou em 2017.

Desta forma, logo no início do 4º trimestre de 2018 se iniciaram as análises para uma 4ª edição com as qualidades das anteriores e que correspondessem a temáticas na ordem do dia no presente.

Nestas circunstâncias e para agilizar as decisões a tomar, logo em Novembro se avançou com uma sugestão de qual a Temática Central desta 4ª Edição. De forma informal, a sugestão apontava para o Debate sobre a Descentralização de Competências e sobre a formulação de Programas de Desenvolvimento que levassem em conta o todo nacional, com relevância para as zonas de baixa densidade, tendo em conta anteriores “esquecimentos programáticos”.

Em Dezembro acorda-se tempos e modos para que em Janeiro de 2019 se arranque com os efetivos preparativos para que as Conferências de Aljustrel – 2019, na sua 4ª Edição, voltem a ter a qualidade que as anteriores edições revelaram.

2. Dos trabalhos para construir Programa Total e Final

Acordadas as temáticas gerais conforme anteriormente identificadas, a primeira preocupação-dificuldade prendeu-se com as datas, pois a 1ª proposta apontava para 17 e 18 de Maio, tendo-se considerado impossível, pois já em plena Campanha para as Eleições Europeias. Entre adiar para Junho ou antecipá-las, acordou-se que seriam a 9 e 10 de Maio, 5ªf. e 6ªfeira.

Antes de se avançar para as opções de convidados, houve que estabelecer com rigor a Temática Global que deveria desdobrar-se em dois (2) Painéis e os modos e tempos nos dois dias. Assim, acordou-se que dia 9 seria em sala, acolhendo os 2 Painéis e dia 10 para visitas a Empreendimentos locais.

Assim, com o acerto das temáticas global e dos painéis, chegámos logo em Janeiro com o Programa Temático fechado, tal como de seguida se transcreve:

Temática Global » “Descentralização e Programações para o Desenvolvimento dos Interiores com Coesão Territorial Nacional”.

Temática do 1º Painel » “A Descentralização de Competências para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade”;

Temática do 2º Painel » “Programas Nacionais de Desenvolvimento para um País Diverso”.

Visitas a Projetos instalados no Território » “Parque Mineiro – LNEG – e Degustação de Produtos Locais e Convívio « » 10 de Maio. 6ªf. «

Nesta ocasião logo elaborámos e apresentámos o “Documento de Apresentação” das CA”19 no SITE das Conferências que foi reaberto já com aceitação de inscrições, documento que anexamos (Anexo 1.).

3. Na procura dos/as Protagonistas das Conferências de Aljustrel – 2019

Tal como nas edições anteriores, o problema não foi convidar pessoas interessadas em participar, mas as agendas preenchidas, para esse “terrível” dia de 9 de Maio. Como nas anteriores os convites foram para pessoas altamente qualificadas, procurando especialistas, agentes no terreno e personalidades com voz pública e, nesta edição, tendo em conta as temáticas estarem na ordem do dia da agenda governamental, contar com governantes com responsabilidades nas mesmas.

Fruto dum intenso processo de contactos-convites informais, os quais foram gerando novas alternativas de personalidades com as qualidades e características exigidas, em Março foi possível ter os protagonistas com convites aceites, conforme segue;

» Intervenção de Abertura das CA”19 »» Nelson Brito, Presidente da CM de Aljustrel;

» Conferência de Encerramento »» Helena Freitas , Investigadora e Comentadora Pública;

» 1º Painel – “ A Descentralização de Competências para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade” - conforme de seguida referimos, primeiro com o Moderador e de se seguida com Conferencistas;

» Luís Godinho - Jornalista, Diretor do “Diário do Alentejo”;

» Carlos Miguel -Secretário de Estado das Autarquias Locais;

» Berta Nunes - Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé;

» Rui Tavares - Historiador e Comentador Público.

» 2º Painel – “Programas Nacionais de Desenvolvimento para um País Diverso”,
Conforme de seguida referimos, tal como com o 1º Painel;

» Ana Freitas - Jornalista –“Rádio Voz da Planície”;

» João Paulo Catarino - Secretário de Estado da Valorização do Interior;

» Paulo Bernardes Fernandes - Presidente da Câmara Municipal do Fundão;

» José Alberto Rio Fernandes – Presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos.

Com Programa total fechado, quer através do site, quer por convites a ex-participantes e pessoas, organizações e entidades identificadas com o lema das Conferências (Cidadania, Inovação & Território), particularmente Autarcas e Dirigentes da Região e, ainda, via Comunicados de Imprensa, as Conferências de Aljustrel – 2019 estavam na ordem do dia do Desenvolvimento Local-Territorial.

Para melhor identificar e promover as temáticas que iriam estar no debate das CA”19, convidaram-se três personalidades que elaboraram e apresentaram suas visões sobre o que em causa, as quais foram reproduzidas no Site e vieram a constar no desdobrável entregue aos Participantes, a saber: Helena Freitas, João Ferrão e José Reis.

A uma semana do início das CA”19, tivemos a comunicação da impossibilidade da participação do Secretário de Estado da Valorização do Interior (SEVI), devido a agendamento de reuniões com o Governo de Espanha sobre programas transfronteiriços, tendo conseguido a participação qualificada de

Helder Guerreiro, Vogal Executivo do Alentejo 2020, no quadro da CCDR Alentejo (veja-se, Anexo 2, Programa Final).

Antes de irmos às Conferências propriamente ditas, referir, tal como anunciado no “Documento de Apresentação”, que o Convite a António Oliveira das Neves para se assumir como o Relator das CA’19 logo foi voluntariamente aceite e que teve a sua qualificada realização como adiante poderão constatar. Tendo a representante da SEVI, Filipa Lourenço, Assessora do Gabinete disponibilizado para apoiar no Relatório a produzir, ficou reforçada a sua justeza e qualidade.

Referindo que para além das várias intervenções de Conferencistas e Moderador-a de grande clareza, frontalidade e abertura, várias intervenções foram produzidas por participantes em sala

4. Das Conferências de Aljustrel – 2019, participações e do acontecido e extraído

Conforme previsto na 5ªf. 9 de Maio, pelas 9 horas, as portas do Cine Oriental abriram-se e as equipas da organização ficaram ao dispor de participantes, nomeadamente conferencistas e moderador.

Começamos por referir de forma quantitativa as pessoas e/ou entidades presentes no conjunto das sessões realizadas no Cine Oriental, relativas aos dois Painéis. A saber;

99 Participantes inscritos em folha de presença, com inscritos previamente que não compareceram, em que destacamos as autarquias, particularmente Presidentes e Vereadores Municipais, as associações e entidades locais e regionais e pessoas individuais da cidadania ativa, particularmente de Aljustrel.

Indo diretamente ao que se passou, dizer que depois da Intervenção de Abertura do Presidente anfitrião, que ultrapassou as palavras de circunstância, colocando prementes questões para alimentar o debate, arrancou-se com o 1º Painel, com Moderador e Conferencistas a abrirem o jogo com posições claras, que provocaram pertinentes intervenções dos participantes em sala.

Novas voltas a conferencistas e participantes e considera-se que as problemáticas da Descentralização de Competências para as Autarquias, incluindo a magna questão da Regionalização, ficaram bem mais clarificadas quanto às decisões, a seu tempo, tomar.

Tal como quanto ao 2º Painel a que de seguida nos referiremos, dizer que o trabalho de condensação e síntese do Relatório de A. Oliveira das Neves, com contributos de Filipa Lourenço da SEVI, que fará parte integrante deste relatório, constitui o essencial do que estas Conferências produziram quanto às temáticas em presença.

O 2º Painel, decorrendo nos mesmos moldes do 1º, sendo que perante a ausência do SEVI, se modificou a ordem das Intervenções iniciais, abrindo com Rio Fernandes e concluindo com Helder Guerreiro. Posições claras de todos em cima da mesa, com pertinentes interpelações de Ana Freitas, e com a explanação do que vem acontecendo no Fundão, deixando pistas para que visão programática o país-todo precisa.

Foi consensual a indispensabilidade duma clara mudança na lógica dos programas nacionais, em que os diferentes territórios e regiões tenham as devidas e necessárias diferenciações, sendo que Helder Guerreiro desafiou para programas que tenham o Alentejo dentro e Rio Fernandes alertou para novas

visões dos "interiores" e "baixas densidades". No Relatório que integramos, de forma mais clara e precisa, verã as possíveis e necessárias conclusões na temática.

E, na conclusão desta jornada do dia, após breve "pausa para café", tivemos a Conferência de Encerramento de Helena Freitas que, prescindindo do powerpoint que tinha desenhado, realizou uma não longa intervenção, sempre com espírito construtivo, da qual destacamos: - a necessidade de aprender com o que de mau e bom se foi fazendo; - a necessidade de serem definidas prioridades que sejam pontos de partida para "territorializar as políticas públicas"; - redes interventivas e aposta nas abordagens intersectoriais e inter-territoriais.

Fechando a sessão, o Presidente Nelson Brito enalteceu a qualidade clarificadora dos debates realizados, as quais aprofundarão linhas de intervenção do município, e expressando agradecimentos a quem fez desta 4ª edição um novo êxito, reafirmou a postura de que as Conferências de Aljustrel estão para durar, a bem do desenvolvimento territorial desenhado com participação diversificada de qualidade, "de baixo para cima e de cima para baixo".

E, conforme referido, passamos agora a transcrever o Relatório da 4ª Edição – 2019 das Conferências de Aljustrel da responsabilidade do nosso Relator convidado, António Oliveira das Neves, com contributos de Filipa Lourenço da Secretaria de Estado da Valorização do Interior.

-----///////////////-----

O Documento de Apresentação da 4ª edição das Conferências de Aljustrel assumiu como motivo condutor centraluma temática na ordem do dia das agendas políticas de base territorial:

“Descentralização e Programações para o Desenvolvimento dos <<Interiores>>, com coesão territorial nacional”.

As apresentações e os debates foram organizados em torno de dois painéis temáticos:

- Painel 1 - A Descentralização de Competências para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.
- Painel 2 - Programas Nacionais de Desenvolvimento para um País diverso.

O lançamento da Apresentação das Conferências foi acompanhado de três textos assinados por académicos que têm dedicado à Cidadania, Inovação e Território (lema fundador das Conferências de Aljustrel), o seu empenho laborioso de construção de conhecimento e reflexão persistentes. Este Relato começa por acolher, em breve síntese, as principais mensagens de João Ferrão, Helena Freitas e José Reis.

- Na discussão renovada da descentralização e do desenvolvimento dos <<interiores>>, importa trazer ao debate os “cidadãos vulgares, os que não fazem parte das elites - nacional, regional ou local - que têm o poder e a capacidade de decidir, influenciar e concretizar”. O desafio consiste em “transformar o cidadão vulgar dos interiores do país de mero beneficiário dos processos de descentralização, de objeto passivo de programas de desenvolvimento territorial, de alvo de uma maior coesão nacional, em sujeito e ator de iniciativas e objetivos tão complexos”.

- Para encontrar respostas mais adequadas, robustas e criativas para a equação “Descentralização - Desenvolvimento dos interiores - Coesão territorial nacional”, temos de envolver os cidadãos começando, por exemplo, por os envolver no debate sobre a criação das regiões administrativas em Portugal.
- A “reiterada fragilidade e incoerência das políticas nacionais em prol da coesão territorial”, recomenda a “necessidade crítica de políticas de coesão e sustentabilidade do território”, que superem “um centralismo paralisante” e combatam “a desigualdade e os desequilíbrios territoriais”.
- As Instituições de Ensino Superior e a Administração Local desempenham um papel essencial na estratégia de desenvolvimento integrado do país, as primeiras, através da “produção e translação de conhecimento” enquanto agentes dinâmicos nos territórios via formação de competências e fixação de jovens qualificados e criativos, as Autarquias Locais, através de projetos de investimento dotados de eficácia e eficiência “procurando fomentar e diversificar o emprego”, apostando na valorização dos recursos endógenos e participando no esforço de garantir o “acesso aos serviços públicos essenciais, da saúde à educação, da justiça à cultura”.
- A persistência dos problemas territoriais em Portugal tem um dado novo que nos conforta com uma “sociedade reduzida a uma forma de crescimento unipolar centrado em Lisboa” que “valoriza pouco os recursos de que dispõe e cria menos riqueza do que devia”.
- O país perdeu as dinâmicas que lhe eram proporcionadas por um sistema urbano e por “espaços inter-relacionados que distinguem o litoral e lhe davam algumas continuidades”.
- No país difuso (e com “menos capacidade urbana distribuída pelo território”) que é o Portugal de hoje, “as pequenas economias locais não submersas pela tendência pesada da concentração metropolitana”, carecem de interlocução de proximidade à sua condição periférica a qual não lhe pode ser dada nem pelos municípios, nem pelas comunidades intermunicipais. Essa interlocução deve ocorrer com Regiões dotadas de legitimidade democrática que simplifiquem e coordenem com a Administração.

Estas breves notas de síntese expressam a centralidade das agendas relativas à Descentralização/Desenvolvimento/Coesão territorial mas alertam para a persistência das tendências pesadas (predomínio das lógicas centro-periferia, ausência de contrapesos, ...) e das fragilidades reconhecidas (escassa capacitação institucional, política e técnica dos diferentes espaços infra-nacionais), num contexto em mudança e com riscos de situações “sem retorno”.

Nos painéis da Conferência responsáveis políticos (nacionais, regionais e locais), especialistas nestes temas e outros intervenientes abordaram estas dimensões-problema e desafios deixando contributos de experiência e identificando necessidades de intervenção.

Sessão de abertura

Na intervenção de abertura das Conferências de Aljustrel, 2019, o Presidente da Câmara do Município anfitrião, Nelson Brito, depois de saudar a prioridade atribuída à descentralização de competências da

Administração Central para os níveis local, sub-regional e regional, situou em detalhe as inúmeras questões em aberto no processo em curso:

- Será que a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais concretiza, efetivamente, os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local que estão na sua essência?
- Será razoável o prazo definido para a concretização desta transferência de competências?
- Será que as competências a transferir incidem realmente nas áreas onde importa descentralizar?
- Será que a Lei-quadro da transferência de competências aprofunda a participação das autarquias e das entidades intermunicipais na definição de políticas e na gestão nas várias áreas de atuação do poder público nos seus territórios?
- Será que este processo responde à necessidade urgente de reforma dos vários níveis intermédios do Estado, que atualmente dispõem de poderes muito circunscritos?
- Será que esta descentralização permite aos territórios de baixa densidade, como é o caso do Alentejo, tornarem-se territorialmente mais coesos relativamente ao todo nacional e envolverem-se de forma mais ativa e direta num real aprofundamento da democracia nacional?

Relativamente aos Programas para o Desenvolvimento Nacional, principalmente daqueles que decorrerão do novo Quadro Comunitário pós 2020, referiu que muito dependerão das propostas do Estado Português para as negociações já iniciadas, manifestando, simultaneamente, o receio que os mesmos privilegiem os maiores Centros Urbanos, como até agora tem acontecido, mas também a esperança que haja a ousadia desses Programas Nacionais serem desenhados para o todo-nacional.

Painel 1 - A Descentralização de Competências para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.

[Neste Painel, que teve moderação do Jornalista Luis Godinho, Diretor do Diário do Alentejo, participaram como conferencistas o Secretário de Estado das Autarquias Locais (Carlos Duarte), a Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé (Berta Nunes) e o Historiador (Rui Tavares)].

✓ Processo de descentralização de competências em curso

- Na sequência da publicação da Lei nº50/2018, foram publicados 22 diplomas de operacionalização, sobretudo, a nível setorial. Estes avanços na concretização de orientações globais daquela Lei mostram uma concretização gradual da transferência de competências para a Administração Local tendo sido estimulada pelo Governo uma prévia ponderação específica pelos municípios: Que competências e responsabilidades estão em causa? Que aptidões reúnem as Autarquias (Municípios e freguesias) para acolherem novas competências? Qual o faseamento adequado para a transferência?
- Na transferência de competências, a separação de áreas de responsabilidade é indispensável sendo certo que, se a aquisição de bens e serviços forem contratados pelos Municípios, podem potenciar

as relações com a economia local (contratação e parcerias locais), no âmbito do exercício de competências das autarquias.

- A preocupação de tornar mais próxima a gestão de competências visa também assegurar maior eficiência e maior capacidade, sem perder margem de escrutínio político. Um exemplo dessa eficácia/eficiência refere-se à oferta de cursos profissionais em que se tem procurado estimular respostas regionais para evitar sobreposições de segmentos da oferta de formação escolar.
- Na abordagem municipal tem havido frequentemente a preocupação de encarar a iniciativa da descentralização administrativa como uma oportunidade a não perder, salvaguardando a necessidade de acompanhar as novas competências de recursos para além dos associados à simples cobrança de taxas. Nesse sentido, foi vincada a ideia segundo a qual a negociação dos conteúdos técnicos que deverão constar dos protocolos a celebrar, constitui um momento importante de todo o processo de transferência de competências, e que não devem existir “municípios de 1ª e de 2ª” de modo a evitar preconceitos que condicionam um melhor aproveitamento das oportunidades abertas.
- O processo de descentralização de competências pode constituir-se num aliado do desenvolvimento dos <<interiores>> se for acompanhado por intervenções de política em matéria de coesão territorial, nomeadamente, atenuando os efeitos negativos das lógicas centralistas e setoriais.
- A descentralização bem sucedida pode contribuir para desconstruir o centralismo mas existem sobressaltos e entropias (ausência de uma abordagem prévia mais estratégica, riscos de clientelismo, fragilidades resultantes da extinção de serviços, entretanto, ocorrida, ...) que limitam o aproveitamento cabal das oportunidades.
- Na ótica do Governo, o modelo das CCDR/NUT II afigura-se mais pacífico de operacionalizar. Então, antes de partir para um 2º Referendo, importa equacionar o reforço das CCDR e começar a regionalizar nesse patamar, começando pelas eleições para as mesmas.

✓ Descentralização vs. Regionalização

Nas intervenções e no Debate registaram-se várias referências favoráveis à Regionalização, nomeadamente no sentido de criar condições para relançar o debate e organizar um novo Referendo.

- O facto de não existir uma estrutura administrativa com autonomia e recursos semelhante à das Regiões Autónomas, é limitativo de passos mais decididos em matéria de gestão regional.
- A inexistência do nível regional, facilita a entrada dos setores nos territórios e gera uma interlocução mais fragmentada na relação com os Municípios. Os setores têm expressado políticas com lógicas pouco legíveis que introduzem ruído nos territórios e carecem de um filtro intermédio.
- Os recursos e os ritmos de atuação são diferentes, consoante a capacidade de organização revelada pelos territórios.

- Abordagens gradualistas podem ser o caminho certo para chegar à descentralização de competências, sobretudo, se assentes na recentragem de prioridades num debate mais focado que compreenda os níveis Região/Município/Freguesia.
- Necessidade de desmontar falsos argumentos contra a Regionalização (aumento da Despesa Pública; aumento os níveis de decisão, de cargos e clientelas; ...), combatendo a ideia feita “Lisboa como monopólio de democracia”.
- A máquina do Estado é centralista e dirigista, nomeadamente, no estabelecimento de prioridades de afetação dos recursos, muito centralizados e refletindo lógicas setoriais.
- Com esse dado de partida, é essencial saber qual a importância que devem ter as regiões.
- A menor importância política da Regionalização resulta de não se encontrarem previamente esclarecidos os poderes da Administração Central a transferir para o nível regional, domínio de maior complexidade.
- As abordagens de resposta aos problemas dos territórios carecem de coordenação regional das políticas setoriais.
- O papel da Comissão de Acompanhamento da Descentralização na avaliação do processo de transferência de competências, deve ser valorizado criando condições para regularmente, em função do balanço e das recomendações, promover melhorias/ajustamentos.
- O processo de descentralização proporciona mais competências, mas são escassas as capacidades para materializar intervenções nos territórios – é preciso capacitar as instituições.

A Conferência registou também intervenções mais concetuais acerca da Regionalização, enquanto condição para aprofundar a Democracia (legitimidade das decisões tomadas ao nível das regiões e aproximações da capacidade de decisão às realidades locais) e enquanto necessidade de construir respostas para “promover e orientar mudanças no sentido da melhoria da qualidade de vida para os cidadãos”.

- A Regionalização constitui uma referência incontornável, como mais um instrumento mobilizador de novas gerações no aproveitamento de oportunidades, e deve assentar num movimento de baixo para cima e ocorrer quando as populações se mobilizarem.
- Associar a comemoração de 48 anos de Democracia (mais tempo que de Ditadura) à criação de um debate nacional sobre a expressão regional das grandes questões fundadoras do regime (3D - Democracia, Descentralização e Desenvolvimento) - compreender a lógica essencial da Regionalização - base indispensável para novo Referendo.

Painel 2 - Programas Nacionais de Desenvolvimento para um País diverso

O Painel teve moderação da Jornalista Ana Freitas da Rádio Voz Planície e participação como conferencistas de Hélder Guerreiro (Comissão Diretiva do Alentejo 2020), Paulo Fernandes (Presidente da Câmara do Fundão) e Rio Fernandes (Presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos).

- ✓ Heterogeneidade territorial e programas
- As políticas públicas com expressão em diplomas, regulamentos específicos e programas (com mecanismos de financiamento associados ou não), têm incorporado insatisfatoriamente elementos de conhecimento do território e, porque não captam a diversidade existente, padronizam as atuações quando a eficácia e eficiência do uso dos recursos ganharia com respostas à medida, ou seja, dinamicamente ajustadas às necessidades e à dotação de recursos (ativos estratégicos e de iniciativa) dos territórios.
- “O que mais importa é o modo como as políticas respondem às necessidades em lugares diferentes e o que mais falta é o que o Estado dê valor à dimensão territorial do desenvolvimento (...) ao modo como se articulam setores e temas e se encontram as respostas desejadas”.
- Grande parte do País tem baixa densidade mas, se comparamos com o outro lado da fronteira, somos média densidade. A baixa densidade não deve ser vista como constrangimento; o problema está na dificuldade de ajustar políticas mudando a presença dos Ministérios nos territórios.
- A alteração ao PNPOT é uma boa oportunidade para a alteração das mentalidades; para a compreensão do país que somos e para um esforço de maior coordenação das políticas.
- Os instrumentos de programação para os territórios de baixa densidade têm de se situar para além de uma perspetiva tradicional de investimento público; os apoios à inovação não podem esquecer a inovação de processo, muito importante como garante de resultados.
- A articulação de intervenções de base local é decisiva como nos ensina a experiência do Fundão: programa local de habitação para responder a procura específica, tendo em conta o princípio da especialização funcional das pessoas; programas de formação avançada para quadros, em resposta à procura das empresas; inclusão de componentes imateriais de desenvolvimento, para além do investimento em equipamentos públicos (espaços culturais, unidades de saúde, ...). A atração de empresas tem de ser dotada de envolvente (no interior vive-se bem/com uma relação custo-qualidade de vida favorável às pessoas).
- A conceção de bons projetos como critério-chave para que as intervenções possam incidir sobre a criação de valor acrescentado, deve partir de necessidades de desenvolvimento de nichos (transferência tecnológica, instrumentos de proximidade para responder a oportunidades, ...).
- A responsabilidade social associada à mobilização de recursos humanos é indispensável para a concretização de projetos competitivos de desenvolvimento local.
- A inexistência de um filtro regional limita os impactos territoriais e este constrangimento tem-se revelado de difícil desmontagem junto dos Organismos Intermédios (FCT, Turismo de Portugal, IAPMEI, AICEP, ...) que sobredeterminam as apreciações dos projetos de investimento empresarial.
- O Estado central - dialoga com o nível local sem intermediação do nível regional (as CIM's - constituem um nível intermunicipal e não supramunicipal) e o vazio regional acaba por conduzir à

existência de interlocuções diretas, acentuando a presença de capacidades/recursos disponíveis para negociar diretamente.

- As dificuldades reveladas pela gestão atual das intervenções DLBC sugere a necessidade de recuperar modelos de intervenção que revelaram capacidade para produzir resultados e efeitos (p. ex., Programa de Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego).
- No reforço das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT) importa ter presente. Quem vão ser os atores destas abordagens? Qual o quadro de referência das suas competências e o quadro das suas autonomias? Para uma gestão mais transparente, importa devolver identidades aos territórios.
- “Necessidade de permanente investimento nos modelos de governação, que são centrais na promoção de uma sociedade mais aberta, que participe com mais critério (tenha mais espaços e modelos para participar), que seja capaz de confiar mais nas instituições e que as instituições (em diferentes níveis e escalas) sejam capazes de confiar nos processos à guarda de outros”.
- As Comunidades Intermunicipais têm que evoluir para uma abordagem mais estratégica e com base em mais projetos intermunicipais e menos no sentido de distribuição equitativa das verbas pelos diferentes municípios.
- Para que o território ganhe musculo no acesso aos diferentes programas e para que a abordagem territorial seja mais consequente precisamos de agentes territoriais que desempenhem mais o papel de mobilizadores, dinamizadores e de descodificadores do que de agentes de análise de mérito das candidaturas.
- Na ótica de uma mobilização mais eficaz e eficiente dos recursos de financiamento, devemos ter ITI mais robustas e mais abrangentes. Numa dimensão territorial/temática, ao nível regional, deverão ser definidos três tipos de intervenções de Eficiência Coletiva de Base Territorial, que tenham escala humana/relacional e que sejam significativos para a alteração do perfil económico e social de cada um dos territórios:
 - **Intervenções Integradas em Recursos e/ou Temas de Elevado Potencial Transformador (2IRT)** tendo por base uma parceria alargada que acolha atores locais, regionais, nacionais e internacionais, que tenha uma liderança reconhecida e que, com base num recurso ou tema, construam uma estratégia integrada capaz potenciar a cadeia de valor desse produto/tema.
 - **Intervenções Territoriais para o Desenvolvimento de Base Local (IDBL)** - que aprofunde as intervenções DLBC, numa abordagem única que congregue parte de todos os fundos (FEDER/FSE/FEADER/FEAMP) para suportar o desenvolvimento local com base em estratégias locais, incluindo todas as dimensões do desenvolvimento local comunitário.
 - **Intervenções Territoriais Integradas para a Coesão e a Competitividade (ICC)**—tendo por interlocutores as comunidades intermunicipais (CIM) na construção de estratégias territoriais integradas para a coesão e competitividade territorial que tenha como foco a provisão dos serviços públicos de proximidade, gerando ganhos de competitividade territorial.

Conferência de Encerramento

[Sessão final de responsabilidade da conferencista Maria Helena Freitas]

As referências principais glosam a ideia dos “Programas para um país diverso” e têm duas vertentes de amarração dos novos instrumentos de política: (i) o aproveitamento dos adquiridos recentes e em construção; e (ii) o estabelecimento de prioridades em torno de temas que combinem a resposta a problemas persistentes nos territórios de baixa densidade e com a potenciação de oportunidades para territorializar as políticas públicas.

Na primeira vertente, destacam-se a importância dos elementos seguintes:

- Pensamento estratégico suportado pelo conhecimento sobre os territórios, partilhado pelos autarcas, as Instituições de Ensino Superior, as organizações locais e as empresas, ..., constituindo suportes da resiliência dos territórios;
- Estruturação de redes proporcionando ganhos de conectividade que facilitam a apropriação de vantagens no seio de dinâmicas globalizadoras;
- Sustentabilidade dos ecossistemas questionada pelos saltos incrementais das tendências demográficas de crescimento económico; e
- Soluções tecnológicas com impacto na organização e valorização de recursos do território. Janelas de oportunidade proporcionadas pelos avanços das tecnologias e das flexibilidades introduzidas na gestão das organizações.

Na segunda vertente, os campos de proposta devem contemplar:

- Estratégia de eficiência coletiva para potenciar oportunidades, estimulando novos papéis dos movimentos sociais para reforço da ação coletiva das organizações e das comunidades.
- Prevenção dos riscos, restauro das paisagens, novas escolhas e decisões em matéria de Alterações Climáticas, valorizando os sinais de resiliência dos territórios.
- Valorização dos Centros urbanos de proximidade, com recuperação de limiares de serviço público.
- Valorização das dimensões de efetiva cooperação transfronteiriça.
- Prioridade às abordagens intersectoriais e inter-territoriais para combater a narrativa do suicídio do Interior.
- Aproveitar a transição para a Economia de Baixo carbono para atenuar as desigualdades.

////////

5. De 10 de Maio – 6ªf – Visitas e Convívio

Conforme programado, às 10 hs um conjunto significativo de participantes, encontraram-se junto ao Parque-Jardim e de autocarro partiram para as visitas.

Chegados ao Parque Mineiro, agora ambientalmente tratado e preservado, chegámos às Instalações centrais do Centro de Estudos Geológicos e Mineiros de Aljustrel, enquanto o Pólo e Campus de Aljustrel do LNEG.

Visita muito interessante, em que responsáveis do Campus, Drs. Daniel Oliveira e João Xavier Matos, ambos geólogos, nos saudaram e de forma aberta e em linguagem universal, a todos explicaram o “tesouro” aí guardado, que será da maior importância para os estudiosos nas matérias e para empresas dedicadas às sondagens mineiras. Percebeu-se que, por tabela, tem criado e criará espaço para “residências científicas.

E lá se foi à “Galeria Mineira” que tem vindo a ser estruturada para ser visitada por público, numa lógica turística e que, mesmo a faltar os “acabamentos”, deu para que todos vissem tempos outros e as lindezas das pirites, que serão fator para que muitos a queiram vir a visitar.

E, para finalizar, como apanágio dos do Alentejo, todos se reuniram no lindo e inovador Centro d’Artes de Aljustrel, para comermos e bebermos, em que “as sopas de tomate” foram o prato principal, tudo da responsabilidade do Grupo Folclórico de Montes Velhos, o que permitiu duas últimas duas horas de convívio e tertúlias.

E em 2021 cá nos encontraremos.

José Carlos Albino,
(Coordenados das “CA19”)
A Equipa das “CA19”